



## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.021714/2024-81

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão Eletrônico para Registro de Preços. Fornecimento de insumos gráficos para impressão offset e serviço de acabamento inerentes para a continuidade das atividades da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF. Item 20250210 do Plano de Contratações. **Valor máximo estimado: R\$ 1.984.721,70.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO E POR ITEM, destinado ao fornecimento de insumos gráficos para impressão offset e serviço de acabamento<sup>1</sup>, inerentes para a continuidade das atividades da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, ao custo estimado de **R\$ 1.984.721,70** (um milhão e novecentos e oitenta e quatro mil e setecentos e vinte e um reais e setenta centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.123192/2025-60).

O órgão técnico justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.120562/2025-15), conforme transcrição a seguir:

**1.2. Justificativa para a contratação****1.2.1. Descrição da situação atual**

A presente contratação visa adquirir insumos que fazem parte do rol de itens indispensáveis à manutenção da capacidade produtiva do parque gráfico da SEGRAF e do atual portfólio de produtos entregues ao Senado. Hoje, esses produtos atendem a diversas finalidades e clientes, tanto das áreas legislativas como das administrativas.

<sup>1</sup> filmes BOPP, adesivos, água destilada, álcool isopropílico, antiaderentes, anticorrosivos, blanquetas, caixas de papelão, colas, cordões, courvins, entretelas, espirais, espumas, etiquetas, fitas adesivas, formulários, garras, graxas, ilhós, lâminas, laminados, mantas, óleos, panos, papéis, pós, regenerador, régua, serrilhas, soluções, solventes, vinil, thinner, travas, trinchas, mangueiras e vedações.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

Em qualquer cadeia produtiva, a manutenção de estoque regulador de insumos é atividade impreterível, motivo pelo qual todas as indústrias de transformação em esfera mundial necessitam manter contratos ou estoque capazes de atender a produção de bens.

As especificações e definições apresentadas neste Termo de Referência têm como fundamento manter os atuais parâmetros de disponibilidade da SEGRAF e levaram em conta as possibilidades do mercado fornecedor de insumos gráficos e a conservação da competitividade do certame.

[...]

Por meio do Ofício nº 488/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.123210/2025-11), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.223360/2024-35, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.033306/2025-81, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.120562/2025-15, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico informou que os quantitativos a serem contratados foram baseados nos *números informados pelo Relatório de ponto de ressuprimento emitidos pelo sistema SPALM e, também, o contexto de uma indústria gráfica, que – estando numa realidade da Administração Pública – precisa prever e se antecipar às peculiaridades dos seus demandantes, tendências de produtos, picos de consumo, oscilações do mundo político, eventos não-recorrentes e inovações solicitadas.*

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.120562/2025-15-1, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 1.984.721,70**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.049977/2025-63, reforçada no NUP 00100.122426/2025-51, após correção de alguns valores pelo órgão técnico, sem alteração qualitativa da pesquisa, cuja validade é até 17/09/2025.

[...]

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.063645/2025-91, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

[...]

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 394/2025 (NUP 00100.104661/2025-41) analisou os autos e concluiu que *desde que sejam observadas todas as recomendações constantes do presente opinativo, entende-se que a referida minuta poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.*

[...]





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

Cabe ressaltar que, o órgão jurídico fez a seguinte recomendação:

*Outro ponto que merece destaque diz respeito à obrigatoriedade de adoção do procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP). A IRP está prevista no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021 e, precipuamente, visa conduzir os processos de participação dos órgãos ou entidades interessados em participar da licitação da Ata de Registro de Preços.*

*Diante da vigência do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do procedimento passou a ser obrigatória, conforme estabelece o artigo 9º (...).*

*Ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo 9º, a obrigatoriedade do procedimento de IRP se tornou regra. Portanto, é recomendável que o órgão técnico emita manifestação no Termo de Referência (TR) sobre a adoção do procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP) ou, então, que justifique a impossibilidade de não o adotar.*

Conforme se verifica na manifestação do órgão técnico, não houve oposição. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.123192/2025-60 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, o Senhor Diretor da SADCON opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame; aprovar o ETP, o termo de referência e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022<sup>2</sup>, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

<sup>2</sup> Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal. Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica espisa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Kleber Minatogau**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para **Registro de Preços**;
2. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar nº 139/2024 (documento nº 00100.223360/2024-35); o Termo de Referência (documento nº 00100.120562/2025-15); e a minuta de edital (documento nº 00100.123192/2025-60), nos termos propostos;
3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante; e
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 7 de julho de 2025.

*(assinado eletronicamente)*  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

## PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 3072 de 2025

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do Processo nº **00200.021714/2024-81**,

### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **André Said de Lavor**, matrícula nº 255662, e o servidor titular da **Assessoria Técnica da SEGRAF (ATSEGRAF)**, respectivamente, como gestor titular e gestor substituto, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Márcio de Holanda Meireles Viana**, matrícula 364130, **Andre Luiz Rodrigues Santana**, matrícula 38043, respectivamente, como fiscal titular e fiscal substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

